

**PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
17 DE MARÇO DE 2015**

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente, uma Planilha de Projetos Legislativos de Interesse do CAU/BR.

Nº	TIPO	Nº PROJETO	CASA	EMENTA	ÚLTIMA TRAMITAÇÃO	SITUAÇÃO
1	PEC	162-2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inserir novo artigo no Capítulo II do Título VII da Constituição Federal, para prever o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano.	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Arquivada
2	PEC (SF)	13-2014	SENADO FEDERAL	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Senado Federal
3	PEC (SF)	14-2015	SENADO FEDERAL	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	27/02/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido nesta Comissão, às 9 horas e 40 minutos. Matéria aguardando distribuição.	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Senado Federal
4	PL	696/2003 (PLC 166/2008)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o acesso à informação de valores didáticos por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências.	03/02/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Educação Publicado no DCD de 04/02/2015, Letra G.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
5	PL	7841-2014 (PLS 399/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	12/03/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 13/03/2015) 25/03/2015 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

6	PL	2193-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. (Torna obrigatória a instalação de solução individual de esgotamento sanitário nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo de pelo menos 50 (cinquenta) pessoas.)	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	ARQUIVADA.
7	PL	7093-2014	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acresce dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar)	12/03/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-503/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
8	PL	4302/2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo poder público).	11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-225/2015	Pronta para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados
9	PL	1292-1995 (PLS 163/1995)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	04/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-42/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
10	PL	5253-2013 (PLS 31/2012)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a destinação de parte da renda líquida dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia para o custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas às inspeções periódicas a cargo do órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes	31/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pela Deputada Tia Eron (PRB-BA); 06/04/2015 - Devolvida à Relatora, Dep. Tia Eron (PRB-BA)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
11	PL	2043/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.	06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-108/2015.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

12	PL	3003/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. DCD do dia 01/02/15 PÁG 74 COL 01 - Suplemento	Arquivada; Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
13	PL	3608/2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, (Lei das Contravenções Penais), a fim de majorar a pena pelo exercício ilegal de profissão ou atividade.	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	ARQUIVADA
14	PL	4749/2009	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	19/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Jefferson Campos (PSD-SP)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)
15	PL	SCD 4/2015 (PLS 6/2003 ;PL 7699/2006)	SENADO FEDERAL	Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.	19/03/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Romário relator da matéria. Ao Gabinete do Senador Romário. 01/04/2015 - Recebido nesta data na Comissão, as Emendas nºs. 1, 2 e 3, de autoria do Senador Magno Malta, nos termos do art. 122, I, do RISF.	01/04/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Situação: Matéria com a relatoria.
16	PL	4692/2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de designer de interiores e dá outras providências.	17/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
17	PL	6014/2013 (PLS 491/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	25/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
18	PL	3699-2004	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.	09/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

19	PL	1365/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.	10/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida sem Manifestação.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
20	PL	8322/2014 (PLS 317/2013)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	05/03/2015 - Comissão de Minas e Energia (CME) Designado Relator, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Minas e Energia (CME)
21	PL	1379/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a arborização de passeio público em conjunto habitacional financiado com recurso público.	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Arquivada
22	PL	5858/2013 (PLS 119/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.	18/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Retirado de pauta pelo Relator	Pronta para Pauta na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)
23	PL	866-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e dá outras providências.	29/04/2014 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
24	PL	1703-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Arquivada



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

25	PL	1562-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas	11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-315/2015.	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
26	PL	2457/2011 (PLS 411/2007)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.	17/12/2013 - Comissão de Minas e Energia (CME) Devolvido ao Relator, Dep. Paulo Magalhães (PSD-BA); 31/03/2015 - Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CME, pelo Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Paulo Magalhães (PSD-BA), pela aprovação deste e do PL 1310/2011, apensado, na forma do Substitutivo da CMADS, com Subemenda, e pela rejeição do PL 2750/2003, do PL 2874/2011, do PL 3322/2004, do PL 7074/2006, do PL 1069/2007, do PL 2565/2007, do PL 7849/2010, do PL 682/2011, do PL 1138/2011, do PL 4958/2009, do PL 953/2011, do PL 2454/2011, e do PL 4946/2001, apensados.	Aguardando Deliberação na Comissão de Minas e Energia (CME)
27	PL	3188-2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para instituir e regular o direito à paisagem urbana.	31/01/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Arquivada
28	PL	8331/2015 (PLS 541/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.	11/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PSD-GO)12/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 13/03/2015); 25/03/2015 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Aguardando recebimento pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados.



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

29	PL	2897-2008 (PLC 59-2010)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana	11/04/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
30	PL	4095-2012	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.	06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-130/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados
31	PL	5015-2013	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.	12/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
32	PL	6709-2009 (PLS 198/2009)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.	15/10/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
33	PL	2629-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.	20/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB); 31/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
34	PL	5655/2009	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências. ("Lei do Estrangeiro")	12/03/2015 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) Designada Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

35	PL	816/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões.	05/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-52/2015.	Aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
36	PL	1004-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.	11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-306/2015.	Pronta para a pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados
37	PL	4029-2008	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	05/03/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-741/2015.	Pronta para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
38	PL	5680-2013	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-350/2015	Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
39	PL	791-2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	09/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
40	PL	6179-2009	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
41	PL	600/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	26/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-629/2015.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

42	PL	2245/2007	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.	05/03/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-760/2015 visto que o Requerente não é o Autor da(s) proposição(ões).	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
43	PL	2664/2011	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	17/03/2015 - Comissão de Educação (CE) Designada Relatora, Dep. Mariana Carvalho (PSDB-RO)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)
44	PL	6699/2002	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. (Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940).	PLENÁRIO (PLEN) 26/03/2015 Apresentação do Requerimento n. 1186/2015, pela Deputada Leandre (PV-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6699, de 2002, que "modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências"".	Situação: Pronta para pauta no PLENÁRIO (PLEN)
45	PL	5712/2001 (PLS 64/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta o exercício da profissão de Decorador e dá outras providências.	26/11/2013 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 9.033/2013.	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
46	PL	5420-2013 (PLS 356/2011)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta inciso VI ao art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.	11/02/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem Manifestação.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados
47	PL	3228-2008 (PLS 350/2005)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.	30/04/2014 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

48	PL	6462/2009 (Nº DE ORIGEM - PLS 205/2008) (PL 3252/2012 APENSADO)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.	11/12/2014 - omissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Sarney Filho (PV-MA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade do PL 3252/2012, apensado.	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados
49	PLC	13/2013 (PL 7607/2010)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	26/03/2015 - SCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 31.03.2015. Discussão, em turno único. Matéria não apreciada na sessão de 31/03/2015, transferida para a sessão de 01.04.2015.	Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA
50	PLC	31/2014 (PL 3370-2012)	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas nas edificações constituídas por unidades autônomas, públicas ou privadas, em todo o território nacional, e dá outras providências.	10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado Federal
51	PLC	56/2014 (PL 4947/2013)	SENADO FEDERAL	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Senado Federal
52	PLC	70-2013 (PL 3443/2012)	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional. Explicação da Ementa Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Aguardando designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado Federal.



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

53	PLP	366/2013 (PLS 386/2012)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	11/03/2015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Designado Relator, Dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)	Pronta para Pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados.
54	PLP	25/2007 (PLP 448-2014 APENSADO)	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	13/03/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento n. 749/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o pedido contido no Requerimento n. 749/2015, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Apense-se, pois, o bloco encabeçado pelo Projeto de Lei Complementar n. 379/2008, ao qual o Projeto de Lei Complementar n. 418/2014 se encontra apensado, e o Projeto de Lei Complementar n. 448/2014 ao Projeto de Lei Complementar n. 25/2007, que encabeça o bloco de proposições do qual o Projeto de Lei Complementar n. 433/2014 faz parte. Publique-se. Oficie-se.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)
55	PLS	118-2012	SENADO FEDERAL	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Ação: Matéria aguardando distribuição.	Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
56	PLS	559-2013	SENADO FEDERAL	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	26/03/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (1ª autuação) Ação: Distribuído ao Senador Eunício Oliveira, para emitir relatório.	Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

57	PLS	56/2012	SENADO FEDERAL	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	17/12/2014 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ação: presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.	Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
58	PLS	550-2011	SENADO FEDERAL	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	27/02/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, contrário ao Projeto.	Pronta para a Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal
59	PLS	368/2012	SENADO FEDERAL	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	11/03/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Ação: Ao Senhor Senador ROBERTO ROCHA para relatar. Juntado o relatório oferecido pelo Senador Acir Gurgacz às fls. 29 a 33.	Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
60	PLS	66/2014	SENADO FEDERAL	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos..	20/03/2015 - CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 20/03/2015, o Senador José Pimentel foi designado Relator da matéria. Ao gabinete do Relator. 01/04/2015 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 274, de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014, por versarem sobre a mesma matéria. O requerimento lido vai à Mesa, para decisão.	Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

61	PLS	37/2011	SENADO FEDERAL	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	25/03/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ação: Ao Gabinete do Senador Ricardo Ferraço, para relatar a matéria.	Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
62	PLS	504/2013	SENADO FEDERAL	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para parcelamento do solo.	17/12/2014 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Ação: Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal
63	PLS	236-2012	SENADO FEDERAL	Reforma do Código Penal Brasileiro.	05/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
64	PLS	252/2014	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	17/12/2014 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Ação: Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado Federal



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

65	REQ	REQ - 3-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer que seja realizada, nessa Comissão Audiência Pública para discutir a importância do Projeto Completo nas Obras Públicas. Convidados: HAROLDO PINHEIRO - Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); - JOSÉ TADEU DA SILVA - Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) - SÉRGIO MAGALHÃES - Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Nacional (IAB/DN); - JAIME LERNER - Arquiteto e Urbanista, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná; - EDUARDO SAMPAIO NARDELLI - Presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA); - JOSÉ ROBERTO BERNASCONI - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO); - ANDRÉ PACHIONI BAETHA - Engenheiro e Auditor Federal de Controle Externo do tribunal de Contas da União (TCU).	31/03/2015 - Comissão Especial de Licitação - Aprovado	Aguardando agendamento da audiência pública.
66	REQ	REQ - 4-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer que seja realizada, nessa Comissão Audiência Pública para discutir os prejuízos da contratação de serviços de arquitetura e engenharia por pregão.	31/03/2015 - Comissão Especial de Licitação - - Aprovado	Aguardando agendamento da audiência pública.
67	REQ	REQ - 15-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater as alterações a serem promovidas na Lei nº 8.666/1993, que "institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências".	31/03/2015 - Comissão Especial de Licitação - Aprovado	Aguardando agendamento da audiência pública.



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

68	REQ	REQ - 18-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer a realização de audiência pública para debater com o setor de Infraestrutura, o tema foco desta Comissão Especial, qual seja, a análise, estudo e formulação de proposições relacionadas a licitações e contratos da Administração Pública. Convidados: representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU; Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Representante da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA; Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON; Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC; Representante da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia- ABCE.	31/03/2015 - Comissão Especial de Licitação - Aprovado	Aguardando agendamento da audiência pública.
69	REQ	REQ - 1-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer que seja realizada nessa Comissão, Audiência Pública para instituir o dia 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista.	11/03/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado.	Aguardando agendamento da audiência pública.
70	REQ (sessão solene)	606-2015	CÂMARA DOS DEPUTADOS	Requer a convocação de Sessão Solene no dia 15 de dezembro de 2015, em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do quinto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR.	24/02/2015 - PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Sessão Solene n. 606/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário, a convocação de Sessão Solene no dia 15 de dezembro de 2015, em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do quinto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR".	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados



Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

71	REQ	8/2015 Comissão Simples Nacional (PLP 25/2007)	Câmara dos Deputados	Requer que seja realizada, nessa Comissão Audiência Pública para discutir o Anexo VI da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e a atividade de prestação de serviços de arquitetura.	08/04/2015 Requerimento apresentado.	Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2007, do Sr. Barbosa Neto, que "dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (Simples Nacional ou "Supersimples"), e apensados. (PLP02507)
72	SCD	SCD 2/2014 (SCD 293/2012 ;PL 5013/2013)	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.	"25/03/2015 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Ação:	REMETIDA À SANÇÃO

SIGLAS UTILIZADAS NO PROCESSO LEGISLATIVO

SIGLA	NOME	EXPLICAÇÃO	SIGLA	NOME	EXPLICAÇÃO
CD	Câmara dos Deputados		PEC	Proposta de Emenda à Constituição	Espécie legislativa com rito diferenciado para aprovação (3/5 em dois turnos nas duas casas).
SF	Senado Federal		PLP	Projeto de Lei Complementar	Projeto de espécie legislativa com quórum diferido (maioria absoluta);
PL	Projeto de Lei	Nome que recebem os projetos de lei ordinária na Câmara dos Deputados.	SCD	Substitutivo da Câmara dos Deputados	Nomenclatura utilizada no Senado Federal quando um projeto iniciado nesta Casa vai a câmara e tem seu texto alterado. Ao retornar ao Senado para apreciação das alterações feitas, o projeto tramita na forma de um substitutivo da Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara	Nome que recebem os projetos de lei ordinária já aprovados pela Câmara e em tramitação no Senado.		Apensado	Quando um projeto tramita em conjunto com outro, principal. O apensado segue a tramitação do principal, por ambos tratarem da mesma matéria.
PLS	Projeto de Lei do Senado	Nome que recebem os projetos de lei ordinária que tem como casa iniciadora o Senado Federal.			